

ros presentes para facilitar secretaria, anotando e conferindo quanto ao quórum, e também destaca as presenças dos convidados: Ana Cecília Melo do Movimento Vacina Já e do José Wilson Souza, representante dos conselhos municipais no CONADE, e do Conselho Municipal PcD de Juazeiro (BA). A presidente sinaliza que ainda não há quórum, em decorrência de alguns conselheiros estarem com dificuldade de acessar a assembleia por problemas de conexão de internet. Em tempo, a presidente deu boas vindas as novas conselheiras governamentais: Juliana Castro e Bianca Pacheco, ambas da Secretaria de Trabalho / Casa da Inclusão. Ela agradece ainda a presença de conselheiros municipais. Dando prosseguimento, Roberta Sales (APABB) comunica que houve dificuldade na finalização da Ata da Assembleia Ordinária de Abril, e por isso, que ficaria como pendente para apreciação e aprovação na assembleia de junho. Roberta Sales fala que o mês de abril foi intenso de compromissos para toda a militância, onde muitas articulações precisaram ser feitas. Contexto que deu inclusive, visibilidade à mobilização do Movimento Vacina Já. Como primeiro ponto de Pauta, a questão das informações sobre as Publicações Pendentes dos Conselheiros Governamentais. Quanto ao tema da Pauta, Cristina Penna em nome da SEDSODH fazendo o uso da palavra nos informar que teve uma reunião no gabinete no dia de ontem para tratar, dentre assuntos, sobre as questões das publicações do Cepde. Relatou algumas interferências administrativas, além das diversas substituições de gestores governamentais, inclusive da SEDSODH. Cristina Penna ressalta que, na realidade, estaria faltando indicações da SEDSODH, a confirmação do suplente da Superintendência da Pessoa com Deficiência (SPPD), Deivid Ramos, as indicações da Casa Civil e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, no total de três secretarias em vacância. Cristina Penna na condição de presidente do Comitê de Doenças Raras, diz que há órgãos do governo que nem na primeira gestão indicaram representantes, e que em três anos de existência do Comitê, não se conseguiu compor efetivamente a paridade, mesmo reiterando a solicitação das indicações. Finalizou dizendo que o contexto de home office, afastamentos por com licença médicas, o quadro de funcionários presencial reduzido, gestão nova, e tantas mudanças, somam barreiras para a resolução dos problemas que assolam os conselhos de direitos. Roberta Sales retorna a palavra agradecendo os esclarecimentos da Cristina enfatiza que os conselheiros estão acompanhando o pleito desde dois mil e dezenove, e conhecem a presteza da Eladyr Cury no trato dos encaminhamentos administrativos possíveis. E reforçou que o pedido era que retomassem as publicações como antigamente, ou seja, à medida que as mudanças fossem feitas, que ocorressem as publicações, e não, e que não se aguardasse mais pelo "combo", pois prejudica quem já se encontra formalmente indicado, e ao próprio colegiado que precisa contar com o máximo de conselheiros em suas atividades. A presidente manifesta que espera que as secretarias tenham cuidado e compromisso no provimento das indicações. E que estas, sejam, de preferência de profissionais familiarizados com as pautas de suas pastas, cientes da interlocução com a temática dos direitos das pessoas com deficiência. Em especial, a SEDSODH que precisa ser representada por alguém que consiga colaborar com conhecimento, que tenha autonomia de fazer essa comunicação da Secretaria com a SPPD e com o CEPDE, por exemplo. Assim como foi citada a SEDSODH, a SPPD e a Casa Civil. Também se observa a vacância da SECTI, no qual o conselheiro anterior participava inclusive na comissão permanente de trabalho; a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude que fez a indicação - lembrando Roberta que ficou muito tempo sem representatividade. Roberta Sales afirma que a pausa nos processos de indicação e publicação de conselheiros tem sido um dos pontos de pauta mais debatidos com o colegiado. Provocando que o Cepde acionasse o MP RJ. A própria Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Pessoa com Deficiência da Capital (PJTCPD), Dra. Luciana Direito colocou e explicou que estava fazendo o possível para ajudar o conselho, que marcou reunião para o próximo dia vinte e sete de maio, com representante do gabinete da SEDSODH, com a diretoria do Cepde. A presidente faz um a breve pausa para registrar a presença de alguns conselheiros que conseguiram acessar a assembleia, e solicita que quem mais estivesse presente se identificasse, se pronunciando ou escrevendo pelo Chat. Registrou ainda a presença de Jussara Costa, convidada pelo Projeto Somos Todos Especiais, bem como do Dr. Caio Sousa (presidente da CDPD-OAB/RJ). O Sr. Bruno Dauaire também aproveitou a oportunidade para pedir ao conselho que explore a secretaria. E argumenta que nesses cinco meses de gestão, ainda estariam tratando de vários temas emergenciais que surgiram com a Pandemia, mas que estaria se inteirando das demandas do CEPDE, e que a secretaria se encontra de portas abertas, que a sua equipe sabe da prioridade em relação ao segmento pcd. Despediu-se deixando o seu abraço a todos e se dizendo que iria continuar acompanhando a assembleia até a hora de entrar em outra reunião, escutando ao máximo das intervenções e colocações dos presentes. Roberta Sales, presidente do Cepde agradece o tempo dispensado do Sr. Secretário da SEDSODH e lhe orienta que quando for sair nos avise pelo Chat pois ainda ocorreriam falas importantes e de interesse da Secretaria. E, para que pudesse ser registrado em Ata. A presidente lamenta que muitas vezes as ações da referida Secretaria se direcionam para ações assistencialistas, e que embora compreenda as necessidades sociais da população mais vulnerável, as ações paliativas não são intervenções que promovem transformações reais. Seria de suma importância se investir no diagnóstico, no planejamento de fato, e na execução das políticas públicas. Por isso, a importância da qualidade técnica de quem integra a secretaria como um todo. O secretário Bruno pede permissão a Roberta Sales para fazer uma pequena correção, e diz que compreende e dá razão a fala da presidente do Cepde, mas argumenta quando estamos tratando de ceta básica ou de auxílio emergencial, estamos tratando da mais grave vulnerabilidade que atinge um cidadão: a questão da fome. No caso do conselho da pessoa com deficiência, há tempos, o colegiado pede a retomada do contrato dos intérpretes de libras, por exemplo. Não apenas para o Cepde, mas para todos os conselhos vinculados a essa secretaria, de forma a garantir acessibilidade aos conteúdos das demais políticas públicas, uma vez que a transversalidade está posta. Roberta Sales também reforça que foram demandadas à SEDSODH informações sobre o Fundo do Cepde; dentre outras situações pendentes, como o conserto da impressora braile. No que tange aos conselhos municipais, Roberta Sales solicita que sejam articuladas intervenções junto às prefeituras, pois em muitos casos, a precariedade no funcionamento dos conselhos é ainda maior. A presidente reporta ao secretário que chegam demandas legislativas para a Superintendência PcD, sem tempo hábil para que a equipe dialogue com o colegiado, para colaborações técnicas em matérias que versem sobre a população com deficiência. Jorge Farias (chefe de gabinete SEDSODH) pediu a palavra para fazer um esclarecimento, referente ao prazo de análise e parecer de documentos no prazo de 48 horas. Disse que de fato é um prazo exíguo e nos informa que na verdade recebem esse tipo de solicitação da Casa Civil e quanto a isso a secretaria não manobra o prazo, que também recebe num prazo exíguo, na qual essa operação do prazo e do repasse não é dividida pela pasta, ratificando o Chefe de Gabinete que não teriam gerência quanto a esse procedimento. Roberta Sales agradece o esclarecimento dizendo que é sabida tal condição, sendo justamente por isso que o diálogo da pasta com o Legislativo seja aprimorado, considerando ainda a existência da Comissão PcD da ALERJ para acompanhamentos da matéria. O poder político de negociar prazos entre executivo e legislativo pode melhorar a qualidade do que vem sendo produzido. É importante que as comissões técnicas dessa pasta sejam acionadas, ainda que seja para esclarecer dúvidas, pois muitas vezes tem projetos de lei que evoluem com termos errados, termos que já não são mais usados pela legislação brasileira, gafes técnicas desnecessárias. Na sequência, como terceiro item de Pauta Roberta abre o espaço para que os convidados, Dr. Luís Cláudio Freitas e Ana Cecília Melo, do Coletivo Vacina Já se apresentem, dando retorno de como tem sido as articulações do Coletivo Vacina Já no Rio de Janeiro. Pois há alguns conselheiros que participam também do Grupo de Comunicação Regional e alguns estão participando do Grupo Nacional, no entanto, os convidados teriam mais propriedade para reportar detalhes. Dr. Luís Cláudio de Freitas, vice-presidente da Associação Deficientes Visuais do Estado do Rio de Janeiro [AD-

VERJ] e membro da CDPD OAB-RJ, após se apresentar e autodescrever-se, relata que o Coletivo tem feito uma intensa atuação na garantia da prioridade da vacinação Contra a Covid-19 para o segmento pcd, desde a Carreata de Copacabana com a produção de um material bastante interessante, tendo uma relevante colaboração no projeto de lei quatro mil e vinte e cinco no Estado, de autoria dos deputados estaduais Waldeck Carneiro e Márcio Pacheco, PL que dá prioridade de vacinação contra a Covid-19 para pessoas com deficiência sem o critério de escalonamento de idade. Disse que teve ciência dessa PL através do Dr. Charles de Souza da Comissão PcD da Alerj e que enquanto CDPD OAB-RJ e diretoria da ADVERJ, focou na questão, e analisando o texto, foi possível construir três emendas que foram apresentadas por alguns parlamentares, dialogando numa atuação bastante relevante de pessoas com deficiência e de familiares de pessoas com deficiência. A partir de então se iniciou a interlocução com outros parlamentares, para que se interessassem por essa pauta. Trabalharam as emendas e no dia da votação, quarta-feira passada na Alerj, numa sessão virtual, o Coletivo Vacinas Já promoveu um Ato Público, e conseguiu que efetivamente fosse aprovada, com as emendas, construídas pelo Movimento. Fora um trabalho bastante importante, segundo Dr. Luís Cláudio. Que afirmou ser preciso dialogar com o próprio secretário da SEDSODH, e com o governador Cláudio Castro para que funcione essa lei, se antecedendo, para que não utilize os quinze dias úteis a qual lhe cabe, sancionando logo essa Lei, se fosse o caso. Seria de suma importância dialogar com os parlamentares, principalmente com os da base, que são mais próximas ao governador, para que se avançasse nesse sentido. Dr. Luís Cláudio informou que há outras frentes que o Coletivo Vacina Já está construindo, cabendo a Ana Cecília Melo, fundadora do Movimento "Para Todos" dar continuidade a fala do Dr. Luís Cláudio, estava em deslocamento e com problemas de conexão de internet. O quarto ponto de Pauta, da menção que ela fez a Nota Técnica 467 com esse recorte do BPC, reforçando a sugestão unir as lideranças, juntar ao Movimento Vacina Já, juntar a OAB-Rio, juntar a própria Defensoria Pública, na construção de uma recomendação. E enfatiza que seria um bom encaminhamento e se o colegiado tivesse de acordo poderia ser montada uma força-tarefa para agilizar o possível. E enviar via sistema SEI, e se preciso for entregar em mãos, porque às vezes o SEI demora, e o documento enviado por e-mail é recebido e muitas vezes não é considerado. Posto em votação, por unanimidade o colegiado aprovou a criação do documento. Ana Cecília do Movimento Vacina Já sugere a colaboração do Dr. Caio na construção desse documento, entendendo se for complicado para o conselho porque às vezes precisa passar por várias instâncias, justificando Ana Cecília já tem todos os movimentos conosco, podendo acionar a organização civil para isso. Roberta Sales esclarece a Ana Cecília que o Cepde utiliza bastante a estratégia de disparar minutos por e-mail, pelo próprio Grupo de WhatsApp, os conselheiros dão vista, fazem contribuições e junto vamos fazendo, estipulando um prazo para se finalizar. A conselheira Tania Passos (SETRANS) diz ter sido importante a fala da Ana Cecília, agregando a sociedade civil, mas entende ser mais importante o documento vir com a assinatura do Cepde, um conselho que abrange todas as deficiências, mas com o apoio do Movimento Vacina Já, com apoio da Defensoria, do Ministério Público e todos os outros órgãos que possamos ter esse acordo, é extremamente importante, mas é lógico que o Cepde pode liderar, até para dar visibilidade. Carla D'Amato sugere que se acrescente ao documento o apoio da sociedade civil como um todo, ressaltando que as instituições que têm cadeira nesse conselho ratifiquem esse documento, assim como feito com o manifesto Todas as Vidas Importam. Tania Passos (SETRANS) enfatiza que temos que mostrar a importância do controle social. Roberta Sales corrobora, e acrescenta que o movimento precisa se renovar, assim como o Cepde. E por isso, a aproximação com mais instituições e coletivos é de extrema importância. Ressalta que as pessoas estão passando, as instituições mais antigas estão com dificuldade de ter lideranças para representá-las nos conselhos. As instituições de sociedade civil estão com dificuldade de se manter funcionando, porque não estão recebendo verbas nem dos setor público e nem de pessoas físicas o suficiente para arcar com o provento de suas equipes, e sustentabilidade da prestação de serviços. E um terceiro setor que abraça em quase oitenta por cento dos serviços que atendem a população com deficiência no Estado e, se esse setor decreta falência, que parte do Estado dará conta dessa população com deficiência. O Vacina Já tem um calendário com algumas ações programadas ainda para esse mês de maio, desde instalações a manifestações. Carla D'Amato reforça que todas as ações programadas precisam ser divulgadas, também no interior do Estado. Roberta Sales, mediante a sugestão da conselheira Carla, informa que no mês passado houve duas reuniões do Cepde com os conselhos municipais, sendo as pautas justamente vacinas e conferências. Em função da urgência das vacinas a pauta da conferência ficou em segundo plano, oportunidade na qual nos reporta Roberta, surgiu a ideia daquelas notas, que foram à frente para as prefeituras, possibilitando aos conselhos municipais fazerem as articulações em suas cidades ao longo desse mês. Duas reuniões em abril, e outra prevista para a próxima terça-feira à noite, a contar com participação das diretorias dos conselhos municipais, acompanhada pelo conselheiro Antônio José, na condição de coordenador da Comissão de Articulação com os Municípios do Cepde, assim como também compõe esse Grupo de Conselhos Municipais o Dr. Caio Sousa da OAB-Rio e o Dr. Charles de Souza da Comissão PcD da Alerj na condição de colaboradores. Carla D'Amato reforça que quando não há conselho na cidade, não há um vínculo de interlocução com o poder público. E que em cidades pequenas, uma boa alternativa é unir a militância destas localidades, tanto as cidades com ou sem conselhos ativos, para fazerem ações em conjunto. A presidente Roberta, dando sequência aos Informes Gerais, informa que haverá reunião com o CONADE no dia vinte e um de maio com os conselhos estaduais, sendo a pauta conferência, e Carla D'Amato comenta que se depender do Governo Federal, "é tudo sobre nós sem nós, mesmo". Roberta Sales (APABB) reforça o teor do informe, pois já haviam questionado sobre o posicionamento do Cepde em relação às conferências e, esse debate está sendo feito junto com as diretorias executivas dos conselhos municipais. Alguns já levaram o tema para nossas reuniões ordinárias, para confirmarem posicionamento. Já a devolutiva da reunião realizada pelo Fórum dos Conselhos Estaduais (FORBRACE) que aconteceu no dia vinte e dois de abril, a presidente diz que foi uma reunião complicada porque se achou que os presidentes teriam algum tempo de fala. A discussão girou em torno da vacinação, que gerou a Nota FORBRACE - que o colegiado recebeu por e-mail. O documento foi enviado também ao Ministro da saúde Marcelo Queiroga. Em relação aos Informes, Ricardo Prates se lembra dos esforços levantados pelo FORBRACE na Nota de Repúdio (anterior), que teve como matéria a postura arbitrária do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em excluir a AMPID do CONADE. Material também replicado ao colegiado do Cepde à época. José Wilson, representante dos conselhos municipais no CONADE fazendo o uso da palavra, fez suas contribuições sobre a questão, dizendo que além da exclusão da AMPID, esse Decreto de recriação do Conade, fere o princípio da democracia a partir do momento que se retira dos conselhos municipais e estaduais a autonomia de escolha de seus representantes e repassa esse poder única e exclusivamente para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ou seja, resume José Wilson, "não vai existir a eleição, cabendo ao Ministério escolher quem vai nos representar nos conselhos PcD. José Wilson classifica essa imposição como algo muito grave, demonstrando preocupação quanto a quem vai nos representar nos conselhos de defesa de direitos, restando aos conselhos municipais e estaduais ficarem "à mercê" das escolhas do poder executivo". José Wilson acrescenta dizendo que, "outro fator preocupante nesse decreto 1077/2021 é que ele traz como prioridade as reuniões virtuais, e as presenciais em caráter esporádicas". Exaltando as dificuldades decorrentes da priorização do formato virtual, citando como exemplo, a dificuldade de acesso à internet. Assim como, ad retirado do Ministério Público e da OAB que faziam parte da câmara, da comissão de atos normativos. Não havendo mais a se debater a deliberar, as dezesseis e cinquenta e duas horas do dia de hoje, Sra. Roberta Sales, presidente do Cepde, agradece a presença do/as conselheiro/as e da secretaria executiva, bem como dos representantes dos conselhos municipais e das presenças dos convidados que compartilharam de uma produtiva tarde de trabalho virtual, crendo numa oportuna data de tornarmos a nos reunir, de modo que eu, Ricardo Prates, secretário do Cepde lavro a presente Ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela presidente do Conselho Estadual para a Política de Integração da Pessoa com Deficiência. Rio de Janeiro ao décimo segundo dia do mês de maio de dois mil e vinte um. Processo nº SEI-310003/003491/2021.

**ROBERTA SALES**  
Presidente CEPDE/ RJ

**RICARDO PRATES BARROS**  
Vice-Presidente CEPDE RJ

Id: 2342334

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO ESTADUAL PARA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA  
PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO RIO DE JANEIRO**

**EXTRATO DA ATA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 09 DE  
JUNHO DE 2021 DO CEPDE/RJ**

Ao nono dia do mês de junho de dois mil e vinte um, se reuniram online através do aplicativo Google meet, no link: <https://meet.google.com/pft-vgfd-mwo>, os conselheiros do CEPDE para debater e deliberar sobre a seguinte pauta: 1 - Às 14 horas: Aprovação da ata de abril/2021. E memória da reunião de março 2021. 2 - Devolutiva reunião Extraordinária do Cepde realizada em Maio. 3 - Devolutiva da reunião da Diretoria Executiva do CEPDE RJ, com Promotora Luciana Direito e Gabinete SEDSODH. Pauta: pendências de publicações em D.O, indicações de conselheiros governamentais, e garantia de acessibilidade em Libras nas atividades do Conselho. 4 - Devolutiva reunião FORBRACE, ocorrida em 04/06/2021. Com pauta sobre o status atual do CONADE e encaminhamentos. 5 - Informes Gerais: respostas dos ofícios do MPRJ sobre acessibilidade nos ônibus e cadastro de instituições que atuam com Pessoas com Deficiência no Estado. Quórum verificado, através da frequência, às quatorze horas e dez minutos, em segunda chamada, com a presença da ACAMPAR-RJ, ANDEF, AAEF, ADVERJ, SECEC, SEEDUC, MORHAN, IBDD, SEINFRA, ADEFIMPA-RJ, SEGOV, UERJ, SETRAB, SES, DPGE/RJ, CASA CIVIL, APABB, FEAPAES, SETRANS, FEASPERJ, SUPERINTENDÊNCIA/SPPD, com quórum estabelecido, após saudações de boas-vindas aos conselheiro(a)s a presidente do CEPDE, Roberta Sales (APABB), vice-presidente Ricardo Prates (SEGOV), deu início aos trabalhos da assembleia ordinária. A presidente Roberta Sales passou a palavra para a conselheira Liliane Tirinas, que será substituída na representação da Casa Civil. Ela, bastante emocionada, agradeceu por ter participado neste Conselho, enaltecendo a grandeza do mesmo, afirmando que será substituída pela Sra. Glauce Kelly (Titular) e Rodrigo Vianna (suplente). A partir desta data a Casa Civil terá novos representantes no CEPDE, afirmando ter sido muito importante a oportunidade de participar das reuniões e conhecer mais de perto a capacidade e a competência de todos na luta por seus direitos. Num primeiro momento foram estabelecidas as presenças da sociedade civil e governamental, pontuando presenças, da sociedade civil, governo e conselhos municipais, visando o estabelecimento de quórum. E dado destaques sobre substituições dos secretários das secretarias estaduais de Trabalho e Renda (Bianca Mara e Juliana Castro - Ambas do NEAD). Estas estão presentes. Já os indicados da SECEC (Cultura) não estão presentes, mas a atual conselheira Marluce Braz, sim. Da SEDSODH, não houve substituições ainda, perante as exonerações. Destaques sobre Mudanças do Secretário Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, assumindo Matheus Quintal, e sendo destacado ainda que houve mudanças de gestores nas secretarias de Educação, Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, SEINFRA e SETRANS. A presidente Roberta Sales (APABB) reforça que ainda não foram enviadas indicações de conselheiros por parte da SECTI e da Secretaria de Esporte e Lazer. Agradece a presença de representantes dos Conselhos Municipais de Quatis, São Pedro D'Aldeia, Angra dos Reis, Valença, Japeri, Mangaratiba, Saquarema, Cabo Frio, Rio das Ostras, Pinheiral e Maricá. E segue, colocando em votação a ata de abril, apresentado destaque para a correção apresentada, nas alíneas 35, 37, 38, e 62, pela conselheira Tania Passos (SETRANS), que encaminhou suas ressalvas ao Cepde e a assembleia que foi posta em apreciação. E sem qualquer voto contrário, além do destaque, a ata foi aprovada. Em função da pauta, foi relatado que o MPRJ fez recomendação sobre questões como pendências de publicações em D.O, e indicações de conselheiros governamentais, e providências sobre os intérpretes de libras, de execução a SEDSODH, com prazo a ser cumprido de 10 dias. E apesar de diversos ofícios do CEPDE, não houve resposta pela Secretaria. A presidente Roberta Sales, reforça que, perante a mudança do gestor da SEDSODH, nova reunião foi prontamente solicitada à assessoria dos conselhos vinculados. Uma vez, que os combinados foram feitos ainda com o Dep. Bruno Dauaire. Dando continuidade à pauta, foi memorada a decisão tomada pelo colegiado, na assembleia extraordinária de maio/2021, sobre a V Conferência da Pessoa com Deficiência. Por unanimidade, o colegiado votou pela não aceitação da Conferência em formato virtual, ficou registrado o entendimento sobre as inúmeras perdas para a Pessoa com Deficiência, se tal evento fosse virtual, ainda em 2021. E deixado claro que há necessidade de apoio, inclusive financeiro. Destacou-se a preocupação com acessibilidade em função de internet no interior do estado. Num destaque e preocupação da conselheira Carla D'Amato (ADVERJ) sobre a questão da vulnerabilidade do Conselho, visto que está se pleiteando eleição da sociedade desde outubro/2020. Mas a publicação dos representantes governamentais, não acontece afetando o Controle Social que se defini como a participação dos cidadãos e cidadãs na gestão pública, no sentido de compartilhar o poder de decisões políticas entre o Estado e a sociedade civil, prejudicando com isso o avanço da vida das Pessoas com Deficiência. A presidente lembrou que se precisa ativar a Comissão eleitoral, promover publicações, estabelecer regulamentos. Tem secretarias não indicaram os representantes, mas o MPRJ foi incisivo da obrigatoriedade de apresentação. E em Destaque ficou claro que é preciso que o CEPDE funcione independente das relações pessoais e sim buscar a independência do conselho. Sendo preciso que representantes de usuários, trabalhadores, prestadores de serviços e gestores monitorem e discutam ações para a construção de políticas públicas, através de mecanismos de controle social. Durante a pandemia por Covid-19, tornou-se ainda mais evidente a importância do fortalecimento dessa ferramenta e seu potencial de transformação. Em contrapartida, o que temos observado é o completo descaso frente às propostas definidas pela participação social, cuja consideração poderia trazer melhorias para as ações governamentais, tornando-as mais efetivas, eficazes, transparentes e democráticas. A questão da ampliação do mandato e não por Processo Seletivo deveria ter sido uma transição por um Decreto, o que foi arbitrário, quanto ao CONADE, e que deveria ter sido pedindo em uma reunião específica com a secretaria Nacional. Ficando claro que o Governo não se importa com o social. Em nosso estado apesar das demandas do CEPDE, nada foi feito na área do Transporte. A acessibilidade é um ponto de interesse de nossa população, e as demandas estão nos conselhos. Apesar de haver manifestação, o que o gestor público faz não condiz com o que é sinalizado pelos segmentos. Os gestores públicos não veem essas capacidades na Pessoa com Deficiência. Sobre o controle social, a conselheira Rita de Fátima (Conselho de Angra dos Reis), afirmou que a todo o momento tem alguém querendo "puxar o tapete", mesmo sendo o interesse de um coletivo significativo. Desestimulando os conselheiros, mas que é preciso que tenhamos que impor respeito nessas demandas. E que a derrocada da política pública da Pessoa com Deficiência só sairá do papel quando lutarmos e tivermos a certeza de que "lá" na frente teremos vitória. A inconstitucionalidade se apresenta, mas teremos que lutar, pois temos: constituição, convenção e outros instrumentos jurídicos. Apesar da insatisfação das pessoas, não desistir é a forma de resgatar as conquistas. A luta é contra o governo, mas também contra a Pessoa com Deficiência, causando indignação com conselheiros que não abraçam a causa. Ela disse que é preciso ter um olhar para a luta. Precisa-se de união, de mais batalha e perseverança. O Conselheiro está cansado, remando "contra a maré" e a própria Pessoa com Deficiência, se diz cansada, assim relatou a conselheira. A senhora Presidente do CEPDE solicita que se faça uma força tarefa, em função do que veio das demandas do MPRJ, como: 1. Rede de Atendimento à pessoa com deficiência (não tem recursos digitais, de rede social, banco de Dados, ou planilha de mapeamento da rede, no CEPDE e nem na SPPD); 2. Rede de atendimento ao autista no Estado; 3. Ter uma assessoria técnica/jurídica; 4. Reativar as comissões permanentes. É necessário que o colegiado tome atitudes mais articuladas, pois o governo não investe em indicadores, e dados concretos sobre a Pessoa com Deficiência. Constatado que nem no site da SEDSODH tem de dados atualizados das instituições, e nem do CEPDE. É preciso reconstituir a comissão de comunicação para receber e processar informações, e assim, produzir